

SEFAZ/PE

Pessoal, vou comentar as questões da prova.

61. Sobre os Princípios de Contabilidade sob a Perspectiva do Setor Público, considere:

I. O Princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.

CERTO.

II. A continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do patrimônio pelo ente público, ou seja, a continuidade da entidade **se dá enquanto houver geração de lucro pelo ente público.**

ERRADO, no âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se **dá enquanto perdurar sua finalidade.**

III. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser, no reconhecimento inicial e após o reconhecimento inicial, mensurados **pelo custo histórico.**

ERRADO, Nos registros dos atos e fatos contábeis será considerado o valor original dos componentes patrimoniais. Este "Valor Original", que ao longo do tempo não se confunde com o custo histórico, corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada – a exemplo de custo histórico, custo histórico corrigido e custo corrente; ou valores de saída – a exemplo de valor de liquidação, valor de realização, valor presente do fluxo de benefício do ativo e valor justo.

IV. O Princípio da Competência aplica-se integralmente ao Setor Público.

CERTO.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

Gabarito: B.

62. De acordo com a Lei no 4.320/1964, todas as operações que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão objeto de

- (A) registro contábil.
- (B) controle extracontábil.
- (C) abertura de créditos suplementares.
- (D) alteração da Lei Orçamentária Anual.
- (E) execução de créditos especiais.

Gabarito: A. Sem comentários adicionais.

63. Sobre as receitas públicas, é correto afirmar que

(A) o recebimento de um depósito caução **altera o resultado de execução orçamentária.**

ERRADO, trata-se de receita extraorçamentária, assim não afeta esse indicador.

(B) o valor dos juros das aplicações financeiras é classificado como receita orçamentária de capital.

ERRADO, receitas correntes.

(C) o valor das multas decorrentes de atraso na arrecadação de tributos pelos contribuintes é classificado como receita orçamentária corrente.

CERTO, outras receitas correntes.

(D) o valor da operação de crédito por antecipação da receita orçamentária é classificado como receita orçamentária de operações de crédito.

ERRADO, trata-se de receita extraorçamentária.

(E) a inscrição de restos a pagar processados dá origem a uma receita orçamentária.

ERRADO, trata-se de receita extraorçamentária.

64. De acordo com a Lei no 4.320/1964, para um ente público realizar o pagamento a fornecedores de material de consumo, a despesa a que o pagamento se refere, no processo de execução orçamentária, deverá ter sido

- (A) empenhada, apenas.
- (B) empenhada e liquidada.
- (C) lançada e liquidada.
- (D) empenhada e lançada.
- (E) fixada e liquidada.

Somente se pode pagar o que foi empenhado e liquidado.

65. Sobre as variações patrimoniais ativas e passivas em uma entidade da Administração direta estadual, é correto afirmar que

(A) o pagamento de restos a pagar processados **reduz o Patrimônio Líquido.**

ERRADO, é fato permutativo.

(B) a redução a valor recuperável de um bem imóvel **gera uma mutação passiva.**

ERRADO, para gerar mutação passiva deve ocorrer receita não efetiva. O evento citado é um decréscimo patrimonial.

(C) a entrega de medicamentos de alto custo **gera uma mutação ativa.**

ERRADO, para gerar mutação ativa deve ocorrer despesa não efetiva. O evento citado é uma despesa efetiva.

(D) o recebimento de um depósito caução **umenta o Patrimônio Líquido.**

ERRADO, trata-se de receita extraorçamentária, logo fato permutativo.

(E) a aquisição de um bem móvel gera uma mutação ativa.

CERTO, a aquisição de bem móvel, despesa não efetiva gera mutação ativa.

66. Em conformidade com os procedimentos contábeis patrimoniais apresentados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a inscrição da dívida ativa tributária provoca

- (A) aumento do ativo total.
- (B) aumento da situação patrimonial líquida.
- (C) modificação da composição do ativo.
- (D) redução do passivo total.
- (E) modificação da composição do passivo.

Pelo MCASP Parte III, os eventos são os seguintes:

(i) Registro do crédito tributário a receber no lançamento: Fato modificativo aumentativo.

(ii) Inscrição da dívida ativa e baixa do crédito a receber: fato permutativo.

(iii) Recebimento da dívida ativa no caixa e baixa do crédito em dívida ativa: fato permutativo.

Gabarito: C.

67. Em uma entidade pública, um veículo utilizado na prestação de serviços e a dívida fundada, que depende de autorização legislativa para amortização, são classificados, respectivamente, como ativo

- (A) não circulante e passivo financeiro.
- (B) permanente e passivo permanente.
- (C) permanente e passivo financeiro.
- (D) circulante e passivo permanente.
- (E) não circulante e passivo fluante.

Gabarito: B, sem comentários adicionais.

68. Considere os dados apresentados, a seguir, extraídos das Demonstrações Contábeis de um ente público governamental referente ao exercício financeiro de 2013:

	Em R\$ (mil)
Previsão Inicial da Receita	200.000,00
Previsão Atualizada da Receita	210.000,00
Receitas Realizadas	215.000,00
Dotação Inicial	200.000,00
Dotação Atualizada	208.000,00
Despesas Empenhadas	192.000,00
Despesas Liquidadas	150.000,00
Despesas Pagas	145.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	44.000,00

Com base nestas informações, é correto afirmar que, em milhares de reais e em 2013,

(A) a economia orçamentária evidenciada no Balanço Orçamentário foi 8.000,00.

ERRADO, Despesa atualizada – Despesa empenhada = 16 mil.

(B) o excesso de arrecadação evidenciado no Balanço Orçamentário foi 23.000,00.

ERRADO, Receita realizada – previsão atualizada = 15 mil.

(C) o valor dos restos a pagar processados inscritos no exercício foi 42.000,00.

ERRADO, Despesas Liquidadas – Despesas Pagas = 5 mil.

(D) os recebimentos extraorçamentários evidenciados no Balanço Financeiro foi nulo.

ERRADO, houve restos a pagar de 47; logo, essas foram as receitas extraorçamentárias.

(E) o aumento do saldo em espécie evidenciado no Balanço Financeiro foi 26.000,00.

CERTO, seriam as receitas arrecadas menos (as despesas pagas e restos a pagar pagos), logo 215 mil – 145 mil – 44 mil = 26 mil

Instruções: Para responder às questões de números 69 e 70, considere as seguintes transações ocorridas em uma entidade pública governamental durante o exercício financeiro de 2013:

- Empenho e liquidação da despesa com material de consumo no valor de R\$ 160.000,00.
- Lançamento e Arrecadação de receitas referentes a serviços prestados no exercício financeiro de 2013 no valor de R\$ 90.000,00.
- Recebimento de dívida ativa não tributária no valor de R\$ 240.000,00.
- Recebimento de receitas imobiliárias referentes ao exercício financeiro de 2013 no valor de R\$ 360.000,00.
- Redução da Dívida Fundada em decorrência de variação cambial no valor de R\$ 60.000,00 referente ao exercício financeiro de 2013.
- Empenho, liquidação e pagamento de juros e encargos da dívida referentes ao exercício de 2013 no valor de R\$ 120.000,00.
- Reconhecimento da despesa de depreciação dos Imóveis no valor de R\$ 100.000,00 referente ao exercício financeiro de 2013.
- Utilização de material de consumo no valor de R\$ 40.000,00.

69. O aumento no resultado de execução do orçamento corrente (superávit do orçamento corrente), referente ao exercício financeiro de 2013, provocado por estas transações tomadas em conjunto foi, em reais,

- (A) 350.000,00.
- (B) 310.000,00.
- (C) 290.000,00.
- (D) 410.000,00.
- (E) 170.000,00.

O resultado de execução do orçamento será:

Receita arrecadada:

90 mil

240 mil

360 mil

Despesa empenhada:

160 mil

120 mil

Resultado Orçamentária → 690 mil – 280 mil = 410 mil.

70. Considerando o regime de competência, o aumento no resultado patrimonial, referente ao exercício financeiro de 2013, provocado por estas transações tomadas em conjunto foi, em reais,

- (A) 250.000,00.
- (B) 130.000,00.
- (C) 490.000,00.
- (D) 190.000,00.
- (E) 370.000,00.

O Resultado Patrimonial seria as VPA – VPD.

VPA:

R\$ 90.000,00

R\$ 360.000,00

R\$ 60.000,00

→ 510 mil

VPD:

R\$ 120.000,00

R\$ 100.000,00

R\$ 40.000,00

→ 260 mil

RP = 250 mil.